

# SAIR DA VIOLÊNCIA\*: uma construção para as ciências sociais

*WAYS OUT OF VIOLENCE: a project for the humanities and social sciences*

**Michel Wieviorka**

Diretor de Estudo da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS) e presidente da Fondation Maison des Sciences de l'Homme (FMSH), França. Doutor em Letras e Ciências Humanas e ex-diretor do Centre d'analyse et d'intervention sociologiques (CADIS, EHESS-CNRS) entre 1993 e 2009.

De 2006 a 2010, foi presidente da Associação Internacional de Sociologia AIS/ISA, e é membro desde de 2014 do Conseil scientifique de l'ERC (European Research Council).

TRADUTORAS

Talita Rampin \*\*

Érika Lula de Medeiros \*\*\*

## Resumo

A saída da violência é uma questão crítica, ainda pouca estudada pelas ciências humanas e sociais. Seu domínio é majoritariamente de especialistas, organizações não governamentais e formuladores de políticas. O objetivo aqui é, de forma articulada, delimitar o seu campo de análise, a ser ainda construído e esclarecido, e indicar os principais questionamentos que podem guiar a pesquisa, em diferentes níveis,

para abranger um vasto espaço de problemas individuais (particularmente, àqueles relativos às vítimas e aos respectivos culpados) e coletivos e até mesmo globais.

**Palavras-chave:** sair da violência, pensar global, subjetivação, dessubjetivação

---

\* Nota das tradutoras: [A] O artigo foi originalmente publicado pela revista Socio – la nouvelle revue des sciences sociales, n.5, 2015, p. 221-240, e pode ser conferido online no sitio eletrônico disponível em: <<https://socio.revues.org/1963>>. Acesso: 10 mar. 2017. [B] Numeramos as notas de rodapé que foram escritas pelo autor, em seu texto original, utilizando numerais ordinais. Já as notas das tradutoras estão sinalizadas com letras. [C] O texto que é, aqui, apresentado foi traduzido do original redigido na língua francesa diretamente para o português. No original, o autor utiliza o verbo “sortir” e a expressão “sortir de la violence” para indicar um movimento de saída, de abandono, de término, de finalização ou de superação de um determinado período histórico que seja marcado pela violência. Assim, a “saída da violência” é indicada como sendo um momento em que uma dada sociedade, em um determinado contexto, finaliza ou move-se no sentido de superar a violência vivida. Para uma tradução mais fidedigna ao texto original e estilo de escrita e reflexões do autor, optamos pela utilização do verbo “sair” para traduzir o termo “sortir” do francês para o português. Essa opção parece a mais acertada principalmente quando consideramos o fato do autor, em suas conferências proferidas em línguas espanholas, empregar a expressão “salir de la violencia” para traduzir, para o espanhol, a ideia de “sortir de la violence”, concebida originalmente em francês.

\*\* Doutoranda em Direito pela UnB. Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG). [talitarampin@gmail.com](mailto:talitarampin@gmail.com)

\*\*\* Mestra em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília (UnB). Advogada popular. [erikalmedeiros@gmail.com](mailto:erikalmedeiros@gmail.com)

## ABSTRACT

Exiting violence is a crucial issue and to date little studied by the humanities and social sciences. This sphere tends to be that of the experts, the NGOs or political leaders. My aim here is to define the scope of this field of analysis to be constructed and cleared and to indicate the main questions which could guide and stimulate research at different levels; these would be articulated since the aim is to cover a vast sphere of individual (in particular those concerning victims and perpetrators) and collective, even global, problems.

Keywords: exiting violence, thinking globally, subjectivation, desubjectivation

**A** análise da violência é um domínio gigantesco das ciências humanas e sociais, onde se distinguem e até mesmo se opõem quase todos os paradigmas de suas disciplinas. Junto com a religião - que, na verdade, não lhe é necessariamente estranha - a violência constitui um tema central, uma das principais preocupações de pesquisa. Porém, analisar a saída da violência implica trabalhar com outros enfoques.

### Um novo campo

Toda experiência de violência tem um final, mesmo se uma guerra pode durar dezenas de anos. E esse término é, também, um começo, pois a saída da violência é, muitas vezes, um processo longo e caótico.

Em certos casos, esses dois momentos se sucedem. Em outros, se sobrepõem ou, ainda, o êxito de um processo de saída da violência pode estar muito distante, no tempo, do próprio fim da violência. Por isso, por exemplo, é possível dizer, com certa precisão, que a Era da ditadura sangrenta de Pinochet, no Chile, foi finalizada com o Referendo de 1988, que abre uma fase

de transição que levou à restauração da democracia em 1990; em seguida, entrou-se em um período histórico de saída da violência, com seus debates, suas tensões e seus esforços para promover a justiça e permitir que a memória das vítimas seja expressa e reconhecida. Na Colômbia, diferentemente, empreendeu-se um processo de paz entre o poder e a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), com negociações importantes ocorrendo em Cuba, e este processo coexistiu com práticas de violência que, no momento em que escrevemos, não terminaram.

E mais diferente, ainda, entre o fim do Terror da Revolução Francesa (cujo termo final, podemos indicar, é a queda de Robespierre, em 1794) e o das paixões suscitadas por ela própria, não somente na França, foi necessário esperar dois séculos - foi somente nos anos 1980 que o historiador François Furet pôde afirmar: "A Revolução Francesa terminou" (Furet, 1978), afirmação esta que rendeu intensas críticas e que, evidentemente, não significa que toda a violência que ocorreu entre os anos 1789 e 1989 teve a sua origem na Revolução.

Em alguns casos observa-se, com maior ou menor clareza, o início de uma nova Era de violência política, que se instala ao longo do tempo e em diferentes intensidades, sem que os recursos locais que permitam vislumbrar uma saída a curto ou médio prazo; o caso sintomático, atualmente, é o Oriente Médio: Iraque, Síria etc.

A saída da violência é muito menos estudada do que a própria violência. É, acima de tudo, uma preocupação política, jurídica e ética, em geral prática e concreta, aplicada se preferirmos, que não perdeu importância durante os anos do pós-guerra, dentro da loucura dos processos de Nuremberg – os quais, em muitos aspectos, foram os precursores dos debates contemporâneos sobre esta problemática -. Aqui, o debate teórico é menos animado do que quando se problematiza a própria violência. A questão é, contudo, de evidente maior importância. Demonstraremos isso ao indicar o escopo e, portanto, os limites deste texto: trataremos aqui da saída da violência social ou política, ou mesmo geopolítica, quando ela é ou foi extremamente letal, tomando a forma, especialmente, de um genocídio, de massacres em massa, de guerras civis ou até mesmo de terrorismo. Deixaremos de lado o tema da violência simbólica, tal como foi teorizado por Robert Castel ou Pierre Bourdieu. Não abordaremos diretamente a violência criminal ou delinquente. Mas é frequente tudo estar imbricado, indissociável, que a delinquência seja altamente favorecida em um contexto de guerra civil, de guerrilha ou de terror, e se tornou impossível, nas

experiências contemporâneas, separar o crime organizado da violência política.

O narcotráfico pode estar associado à guerrilha, e as terríveis práticas que são executadas em nome da Jihad no Iraque ou na Síria são acompanhadas de tráfico criminosos de todos os tipos. Os mesmos islamistas que matam e destroem as marcas da civilização e da história em nome do Daech sabem muito bem como comercializar, no mercado ocidental, as antiguidades das quais se apropriam.

### **Um tema complexo**

### **Mudança de paradigma**

Nas sociedades ocidentais, os primeiros esforços significativos da filosofia política para pensar sobre a saída da violência remontam, certamente, a Hobbes (1651). Para ele, de fato, os homens em estado de natureza são, necessariamente, violentos, incapazes de limitar ou restringir seus impulsos agressivos: homo homini lupus. A resposta que propõe consiste em confiar ao Estado, ao Leviatã, a tarefa de gerir a violência e de despojar as pessoas dela. Por isso, e durante quase três séculos, a saída da violência no mundo ocidental será, sob qualquer ângulo que se considere, uma questão de Estado.

Poder-se-ia fazer, aqui, um histórico mais preciso, passando, por exemplo, pelos trabalhos de Norbert Elias (1973, 1975) que explica, em seu estudo sobre o processo de civilização, como os impulsos agressivos, a partir de Louis XIV e do Tribunal, são canalizados, controlados e pacificados; ou pelas contribuições de Max Weber (1978),

autor de uma fórmula célebre que atribui ao Estado o monopólio legítimo da violência, até alcançarmos Michel Foucault e Vigiar e Punir (1975). É assim que, desde o final da Segunda Guerra Mundial, a saída da violência tonou-se um tema que sai deste espaço dominado pelo Estado para expandir-se pelo alto e, depois, por baixo.

Pelo alto, com a ideia dos direitos humanos superiores aos Estados e, conseqüentemente, com aquela de uma justiça supranacional, cuja primeira expressão concreta, independente das críticas que podem ser formuladas, foi dada pelo processo de Nuremberg, já mencionado. E por baixo, sobretudo a partir dos anos 1970, quando se buscou levar em consideração as vítimas, e não somente a ordem, e as agressões sofridas pelas pessoas em sua integridade física e moral, e não somente os danos causados pelo Estado e o questionamento de sua legitimidade. Tornou-se lugar comum destacar as vítimas, a tal ponto que a crítica se desenvolveu para denunciar esta tendência que contribuiria, desde esta perspectiva, à perda de responsabilidade e a desmoralização geral das sociedades ocidentais.

Assim, há meio século todos os tipos de movimentos surgiram no espaço público de algumas sociedades, invocando os danos sofridos em um passado mais ou menos remoto por grupos humanos submetidos ao genocídio, aos massacres em massa, ao tráfico negreiro e à escravidão – entre outras – e que estão presentes não apenas na memória do grupo, mas, também, dos indivíduos que o integram. Acrescentemos que para

além do Ocidente – e isto deve ser tomado em conta – a evolução pode ter tomado outros caminhos e que as categorias utilizadas não são as mesmas.

### Vítimas ou culpados

Sair da violência começa quando a violência propriamente dita termina ou quando é possível preparar o seu fim através de outras vias diferentes daquelas ela oferece, por exemplo, através de negociações mais ou menos sigilosas. Sair da violência é tentar ou não, com ou sem sucesso, no esforço de realizar as transformações que permitem a uma pessoa, um grupo ou uma sociedade entrar em um período histórico em que a violência, sem que as memórias desapareçam, deixe de ser algo que deva ser afrontado concretamente para tornar-se aquilo cujos efeitos demandam trabalho, esforço ou modificações significativas.

É aí que estão envolvidos, em primeira instância, dois protagonistas principais: as vítimas e os culpados. Porém, muito rapidamente as coisas se confundem. Quem resolve, quem decide, quem está realmente envolvido? As vítimas são simplesmente as pessoas ou grupos que foram físico, prática, direta e pessoalmente afetados por um episódio de violência? Os seus filhos, seus descendentes têm (e até que ponto) legitimidade para reivindicar, exigir reconhecimento, demandar reparações, tal como quando os negros estadunidenses requerem que o seu passado como escravos e vítimas de intenso racismo sejam considerados para que se apliquem políticas de reconhecimento e compensação? E o

que acontece com os filhos e descendentes dos culpados? Será que o Estado deve substituí-los e assumir os erros do passado? Por trás de tais questões, outras emergem e atacam as próprias categorias que são utilizadas. Entre o vocabulário da vida cotidiana e o da mídia - grosseiramente política, moral e muitas vezes religiosa - e o vocabulário conceitual das ciências humanas e sociais, a regra é a confusão, mais do que o esclarecimento.

Por acaso não são necessárias outras categorias distintas de "vítimas" e "culpados" para uma abordagem científica?

Ademais, existe uma grande assimetria entre, por um lado, os descendentes das vítimas, que ainda podem considerar-se vitimados, que continuam sofrendo mesmo muito tempo depois da ocorrência das violências que seus pais ou antepassados sofreram, sentirem-se punidos por elas - como destacam, por exemplo, todos aqueles que reivindicam do Estado indenizações devidas pela ocorrência de genocídio, massacres ou um passado de escravidão - e, por outro lado, os descendentes dos culpados, que não têm responsabilidade pessoal pelos atos cometidos por seus antepassados.

Nem tudo está sempre claro nos processos de violência. Às vezes acontece de uma mesma pessoa ser, ao mesmo tempo, vítima e culpada, ou ser, primeiro, um e, depois, o outro; que uma família se encontre atravessada por esse dilema; que a violência de uns possa ser explicada por uma violência anterior cometida por outros e que a origem da violência e,

consequentemente, as responsabilidades sejam difíceis ou até mesmo impossíveis de determinar - o problema do início é sempre delicado -. Acontece, por vezes, que pessoas ou grupos, presos entre dois focos de violência que os ultrapassam, tenham agido de forma heterônoma e ao sabor das circunstâncias; que tenha sido praticada uma violência extrema, mas de forma legítima, pois foi exigida ou pelo menos sugerida por uma hierarquia que estava legitimamente em vigor e que pode, finalmente, provocar condutas erráticas e agressivas, destrutivas e autodestrutivas, como se viu nos Estados Unidos com os antigos combatentes da Guerra do Vietnã. Finalmente, as dimensões pessoais, poderíamos dizer subjetivas, da violência não devem impedir que sejam consideradas em suas dimensões mundiais ou globais, sociais, políticas, econômicas, culturais; por isso é útil distinguir, em primeiro lugar, quatro níveis. Esta distinção é analítica; na verdade, esses níveis estão interligados.

#### **Quatro níveis.**

##### **O indivíduo.**

O primeiro nível refere-se à pessoa individualmente; aquela à qual a violência bruta, experimentada pessoalmente e da qual ela escapou, afetou-lhe a sua integridade física e / ou moral ou intelectual. Também se refere, simetricamente para aquela que foi culpada, responsável ou geradora de atos de violência. Casos como estes são numerosos e só as narrativas de sobreviventes de grandes dramas históricos, genocídios, massacres em

massa, por exemplo, ou aqueles que aceitam dizer que contribuíram para tais experiências (como no curso de um julgamento) revelam uma grande diversidade de experiências individuais. Essa diversidade diz respeito tanto ao episódio como ao processo da própria violência, mas, também, a forma pela qual cada vítima sai, ou não sai dela, ou como cada culpado assume ou não seus atos, suas responsabilidades.

Desde a Segunda Guerra Mundial, Sigmund Freud se interessou pela neurose traumática da guerra e, desde então, a questão não deixou de ser estudada por psiquiatras e psicólogos. Refere-se às vítimas diretas, mas também a todos aqueles que podiam ser afetados em sua existência, sem que houvessem sofrido, necessariamente, danos físicos, mas que em virtude de terem experimentado ansiedade, medo ou sentimento de abandono, assim como outros mais complexos, como as dores de culpa ou vergonha, por exemplo, por terem sobrevivido, como é o caso de muitos sobreviventes dos campos de extermínio. Os transtornos também dizem respeito aos autores, cúmplices ou culpados, especialmente se eles têm o sentimento de terem sido superados pela violência para a qual talvez tenham contribuído, o que pode alimentar a "síndrome pós - Vietnã", experimentada pelos ex-combatentes estadunidenses, síndrome caracterizada por episódios de agressão, perda de humanidade, de grande desorientação etc. Aqui se trata de sair de uma violência não necessariamente sofrida, mas que infligida a outrem, em condições extremas, assim como o sentimento de culpabilização por ter participado de

uma guerra e estar a salvo quando outros não retornaram.

Sair pessoalmente da violência, tanto daquela que causou como daquela que sofreu, de forma passiva ou mais ou menos ativa, é sempre um processo difícil que pode tomar vários caminhos, processo no qual o trabalho sobre si mesmo corre o risco de nunca ser suficiente e, portanto, sempre há um terceiro envolvido. Implica se reconstruir como um sujeito capaz de dominar a sua própria experiência, de dar ou devolver um sentido, ainda que não se disponha dos mesmos recursos que antes, sejam eles morais, intelectuais, físicos e / ou econômico. É, para os culpados, ter de tomar uma decisão que às vezes pode ser incerta ou difícil, ou mesmo impossível, entre pedir perdão ou agarrar-se à ideia de que a violência cometida no passado tinha fundamento etc.

### **O grupo, a comunidade**

O segundo eixo de análise não se refere ao indivíduo, mas ao grupo ou comunidade à qual ele pertence e que foi afetada por um episódio de violência: a destruição de cidades, o aniquilamento de uma cultura, a expulsão sem retorno, o exílio em eventual formato diaspórico... o que, simetricamente, refere-se a grupos que perpetraram a violência e, a eles, os responsáveis políticos que possivelmente organizaram a ação.

Quanto às vítimas, a saída da violência concerne a um conjunto de indivíduos que sedimentou os laços sociais, culturais, religiosos, o pertencimento a um mesmo território, uma vila, uma

cidade, uma região, uma história compartilhada, uma língua, os recursos econômicos. Sair da violência não pode ser sinônimo de: encontrar o que foi destruído. Na maioria das vezes, é difícil, se não impossível, reconstruí-lo de forma idêntica. Este risco é a nostalgia ou melancolia, a obsessão com um passado que não voltará. Mas sair da violência também pode ser capaz de reencantar uma cultura, uma religião, de reanimar uma língua, um território, sem focar-se exclusivamente no passado. Às vezes, ser se preparar para exercer uma violência do grupo, que restaurará a confiança do que resta da comunidade ou de culturas parcialmente destruídas - mas podemos, então, falar de saída de violência? Mais uma vez, os caminhos são múltiplos, especialmente com duas grandes famílias de possibilidades, de acordo com a ação coletiva que lança seus atores em direção a reconstrução, a mais fiel possível, do passado, ou para a invenção de um futuro em que o passado tem um lugar limitado.

As dificuldades não são menores quando se trata de culpados ou responsáveis: podem ser reintegrados à comunidade nacional ou mesmo municipal, local, aqueles que se levantaram contra ela, por exemplo, sob a forma de guerrilhas, de crime organizado e da guerra civil? Até que ponto a justiça, aqui, faz sentido? A questão é particularmente difícil quando perpetradores e vítimas vivem juntos na mesma cidade, no mesmo bairro, no mesmo edifício, como no caso, recente, da violência da ex-Iugoslávia ou nos Grandes Lagos Africanos.

### A sociedade, a nação, o Estado

As violências que nos interessa, aqui, costuma colocar em jogo, um país, com o seu estado, sua nação, sua própria concepção de si como uma sociedade. A violência tem afetado o vínculo social, a capacidade de viver juntos. Ela questionou a unidade da nação e a capacidade de assegurar um tratamento de suas tensões e conflitos, seja eles democráticos, negociados, institucionais. Uma minoria foi dizimada, ou até mesmo a guerra civil provocou suas devastações, um regime de brutal exclusão racial separou o país em dois ou três grupos, uma ditadura fez correr o sangue em abundância, grupos organizados conjugaram crimes e tráfico, e discurso político revolucionário ou religioso, um poder totalitário fez reinar o terror e reivindicou controle até das consciências individuais, etc.

Sair da violência, aqui, é uma tarefa institucional e altamente política. Alguns vão querer o esquecimento para proteger potenciais culpados, evitar o retorno da guerra civil ou, simplesmente, para poupar a imagem de unidade nacional, no espírito de Ernest Renan que disse, em uma famosa conferência, que uma nação deve saber esquecer (Renan, 1882). Outros preferem justiça. Outros ainda, generalizando uma prática iniciada no pós-apartheid sul-Africano, tentam conjugar sob uma forma judiciária, o estabelecimento da verdade e da reconciliação. Alguns chamam de perdão - mas podemos perdoar o imperdoável, como pede o filósofo Jacques Derrida (1999), podemos

conceber um conceito puro, absoluto de perdão? Às vezes, um museu vem contribuir para tais processos, às vezes, também, um chefe de estado ou um importante líder religioso comemora ou demanda perdão, em uma eventual encenação teatral. Novamente, não há uma única maneira de proceder, mas uma variedade de práticas ainda difíceis de avaliar.

### **Internacionalização, globalização**

Finalmente, as experiências de violência podem convocar um tratamento internacional, isto é, envolvendo dois ou mais países, ou global, ou seja, o pensamento e implementado diretamente em um nível supranacional.

Em alguns casos, só a intervenção de um ou mais países estrangeiros, para onde a violência extrema é implantada, pode permitir o retorno a uma vida coletiva pacífica. Trata-se, por exemplo, de intervenções militares que se transformam rapidamente em esforços para instalar a paz, nation building, ou de controles internacionais de operações eleitorais. Pode ser, igualmente, - possivelmente combinando com as intervenções militares, a ação de organizações não governamentais (ONG) especializadas, trazendo os seus recursos, suas redes, seus conhecimentos - e a sua ideologia também - para o estabelecimento de um processo de justiça, para a reconstrução econômica, mas também social, para dar vida nova a cultura.

Nesta perspectiva, a pesquisa deveria se concentrar sobre os êxitos e limites do que foi valorizado no final de 1980 e início de 1990 sob o nome de

"intervenção humanitária", como uma maneira de sair da violência (especialmente sobre o Curdistão iraquiano, a ex-Iugoslávia e em certas regiões da África). Ela também deveria considerar a "justiça de transição", seus sucessos, seus fracassos. Se a África do Sul continua a ser um sucesso, muitas vezes evocado e apresentado como um modelo, e na verdade relativo, não acontece o mesmo com o caso do Iraque. Não houve, após a ruptura de 2003, esse tipo de mecanismo que poderia ter acompanhado o fim da violência por meio de uma terapia jurídica e institucional, preservando os grupos que dão forma a um Estado e evitando afundá-lo numa lógica de vingança incessante que gera a violência e, talvez, visto com Daech, o surgimento de um novo Estado. O Próximo Oriente e o Oriente Médio são, deste ponto de vista, um laboratório notável que funde o problema da violência e, até agora, a incapacidade de dela sair.

Nesse quarto nível, a existência embrionária, mas não desprezível, de um direito global e de instituições de justiça internacionais podem desempenhar um papel importante. E mais uma vez, a prática é diversificada, controversa, polêmica: a justiça internacional, por exemplo, não seria ela, em primeiro lugar, a justiça dos vencedores, mesmo quando se trata de julgar os contra a humanidade?

### **Um domínio de pesquisa em construção**

#### **O estado da pesquisa**

Consideramos, e esta é apenas parte do problema, que o que a literatura especializada da geopolítica chama de "conflito", na verdade, são experiências de violência política de alguma magnitude. Em longo prazo, o seu número cresceu entre 1945-1991, diminuindo depois para subir novamente desde 2003 (Iraque). Em 2015, o número de conflitos simultâneos atingiu um nível raramente alcançado. Isso reflete as tendências subjacentes (crescimento populacional - Sahel, Médio - onda néodjihadista - Sahel, também Oriente - retirada de alguns Estados e crise de exercício de funções estatais - Nigéria - um complexo minoritário da maioria sunita), cujo entendimento é vital para qualquer estratégia de saída da violência.

Com raras exceções, as instituições oficiais, os centros de pesquisa e as ONGs que interveem nos conflitos ou que os estudam, consagram muito poucos recursos para lidar com as saídas de crise com a distância que ciências sociais e humanas legitimam. O retorno da experiência está faltando, enquanto a revisão metódica dos processos de fim dos conflitos traria vantagens para aqueles que estão envolvidos (diplomatas, mediadores, instituições). Bancos de dados, ou algo equivalente, dedicados aos massacres em massa ou aos genocídios, em particular, geralmente caem em abordagens mais empíricas do que na produção de um verdadeiro conhecimento científico, como se a acumulação, de fato, pudesse tomar o lugar da produção de conhecimento. Claro, a realidade e a dinâmica dos conflitos são objeto de

muitas análises contemporâneas produzidas por instituições internacionais encarregadas de uma interposição (Nações Unidas - ONU, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa - OSCE, União Europeia - UE), de estruturas prévias (International Crisis Group - ICG, que produz diagnósticos de campo e recomendações às partes em conflito), de raros centros acadêmicos especializados (Instituto Stockholm International Peace Research - SIPRI, especializado no estudo dos gastos militares e de segurança global, e Heidelberger Institut für Internationale Konfliktforschung - HIIK, com o seu barômetro anual de conflitos).

São raros, contudo, os estudos, pesquisas e instituições que realizam a análise da saída de violência, especialmente se for para considerar os quatro níveis que foram definidos. O ICG é, talvez, a única estrutura que busca fazê-lo abrangendo as dimensões sociais e econômicas do conflito (por exemplo, sobre questões de terra e pastoreio na República Centro-Africana, um dos motores de um conflito generalizado em toda a sociedade) e dando os nomes dos atores dos conflitos para os quais as recomendações são dirigidas. Quanto às ações de think tanks internacionais, entre as quais as mais influentes são anglo-americanas, elas apresentam um viés analítico na qualificação dos conflitos, induzido pelos problemas de intervenções militares ocidentais - daí o uso excessivo dos termos "terrorismo" e "jihadismo", que são classes híbridas ou quase-conceitos, pois lhes faltam explicitação e parâmetros concretos e

nunca se sabe se esses termos têm uma definição científica ou se fazem parte do discurso político e midiático.

A ONU administra uma quinzena de operações de manutenção da paz. O ICG segue de perto a situação em 80 Estados. O HIIK identificou, em seu último relatório, 414 casos de conflito, dos quais 221 utilizam a violência, incluindo 21 guerras (mais de 1 000 mortos por mês e mais de 360.000 refugiados) e 25 guerras limitadas (menos de 60 vítimas por mês e menos de 20.000 refugiados). Setenta e sete são realizadas entre os Estados. O HIIK detalha com fineza os fatores de conflito, dos quais os mais importantes são as forças ideológicas, as rivalidades de poder e de recursos, a ambição de proeminência regional, o objetivo da autonomia ou secessão e, finalmente, as questões de fronteiras e de territórios, e todas as categorias podendo ser confundidas. Ele é o único a dedicar um lugar aos processos de resolução de conflitos: operações de manutenção da paz (ONU, UE, União Africana - UA) e mediações, negociações (por exemplo, com as Farc ou entre Sérvia e Kosovo) e os tratados, acórdãos do Tribunal Internacional de Justiça.

A pesquisa, na verdade, sobre questões que nos interessam, é, na melhor das hipóteses, limitada e aplicada, encapsuladas nas preocupações práticas mais imediatas, rapidamente apropriadas por organizações cujos objetivos não são as produções de conhecimentos das ciências sociais e humanas. Essas precisões dão a medida da amplitude do campo que deve ser

aberto para fazer da “saída da violência” um verdadeiro objeto de análise sociológica.

A tarefa é imensa: a saída da violência constitui um conjunto considerável de questões. Misturam-se, constantemente, as temáticas sobre a democracia, como capacidade de viver em coletividade; a memória, que concorre com a história pelo estabelecimento da verdade e que mobiliza os atores, eles mesmos diversos; e o perdão, que não significa, necessariamente, a justiça. E para abordar essas questões, não somente não é demais mobilizar todas as disciplinas das ciências humanas e sociais, mas também é importante saber que a contribuição de outros saberes, de outros pontos de vista, é, frequentemente, decisiva: nós assim assinalamos vez ou outra a importância da literatura, e mais particularmente da poesia, ou aquela das artes, da música, especialmente da pintura, no processo da saída da violência, em escala individual como coletiva. Ainda dever ser dito que a literatura ou é, frequentemente, convocada para compreender a violência - nós pensamos, especialmente, à Dostoievsky com *Les Démons*, Tourgueniev com *Pères et fils* ou Camus com *L'homme révolté* - com, ou ela é ignorada quando se trata de compreender como sair da violência.

### **A impossível marcha para trás e dissimetrias**

Seja qual for o nível considerado, a saída da violência nunca é uma marcha para trás, um processo de reversão que consistiria a refazer, ou a fazer refazer,

no sentido inverso, o percurso que poderia ter levado os atores a tornarem-se culpados ou vítimas de violência. Um processo que apresenta essas especificidades é muito diferente e isso poderia ser explicado pelo fato de que a violência transforma, profundamente, tantos aqueles a praticam quanto os que a sofrem. Assim, e desde já, um retorno puro e simples ao status quo ex ante fica excluído. A temporalidade também não é a mesma: o aumento da violência e sua realidade estão inscritas no tempo em modalidade instantânea que não permite o recuo, mesmo quando sua preparação e instalação são decorrência de longos processos; a saída, ao contrário, pode se inscrever em uma longa, uma muito longa duração.

Feitas essas observações, temos de acrescentar imediatamente que a saída da violência é impossível se aqueles que interveem para ajudá-la, para acompanhá-la, para torná-la possível não têm uma compreensão fina e precisa do processo que levou à violência e do seu estado de avanço quando foi interrompido. Por exemplo, uma coisa é, para um culpado, ter participado de uma guerrilha durante muitos anos, ter se endurecido por causa dela e não ter encontrado outro meio possível de sobrevivência econômica que lidar com as armas; outra coisa é quando a sua experiência pessoal durou apenas alguns meses. Uma coisa é, ainda para um culpado, ter devaneado na perda dos sentidos, ao ponto de ter feito da violência um fim em si mesma, tornando-a, então, crueldade; e outra coisa é a ter exercido somente de maneira instrumental e limitada. E é o mesmo se considerarmos as vítimas,

segundo se elas suportaram terríveis violências físicas, ou se as sofreram desde as margens, se elas tiveram durante um longo tempo presas em uma lógica de desumanização, ou simplesmente foram testemunhas, e se, também, existem ou não outras formas de ação coletiva às quais podem, eventualmente, recompor sua capacidade de agir.

A violência é sempre uma fonte de sentimentos complexos que podem incluir, por exemplo, a humilhação pessoal e a vergonha para as vítimas, e a onipotência dos autores. Mas, para uma vítima, uma coisa é ter sido tratada de maneira desumana, de ter sido animalizada, objetivada e reificada, e, uma outra coisa, é ter sido vítima de violência instrumental, limitada e controlada. E para um culpado, uma coisa é ter praticado violência sem limites, desenfreada, outra coisa é ter agido em um quadro que levanta algumas barreiras contra os piores excessos.

### **Subjetivação, dessubjetivação**

Que se trate do ator violento ou de sua vítima, a saída da violência pode oscilar ou ser situar, de maneira mais estável, entre dois polos extremos.

O primeiro é o do esquecimento: eventos passados são silenciados, afastados, tanto quanto possível, para o fundo da memória; eles não são comemorados ou discutidos em público até que possam entrar, docilmente, apaziguados, sem grandes desafios para os vivos, nos livros de história e na narrativa nacional. Sair da violência é,

então, a recobrir com o véu do silêncio, o mais espesso possível.

Tal lógica tem um custo, e primeiro para as vítimas, que não podem ressaltar o que destruiu, ao menos parcialmente, não somente sua existência, mas também a de seu grupo, de sua aldeia, de sua cultura. No mundo contemporâneo, essa lógica é cada vez menos aceita, mesmo que ela ofereça a vantagem de evitar o retorno do passado na forma de uma violência renovada e que se ela seja uma escolha assumida democraticamente. No Uruguai, por exemplo, onde a ditadura militar de 1970-1980 foi particularmente letal, a população, em seu conjunto, não desejou que fossem abertos os registros desse passado, mesmo que a questão tenha lhe sido colocada em um contexto que se tornou plenamente democrático.

O segundo polo é aquele onde, pelo contrário, tudo é feito para que as violências do passado sejam tratadas, inclusive no espaço público. Esse tratamento pode assumir formas diversas: comemorações, memoriais, museus; reconhecimento, reparações, a compensação; debates, pesquisas combinando memória e história; comissões assegurando a justiça e a reconciliação, etc. Em todos os casos, está, portanto, no coração das práticas o exame dos processos de subjetivação e de dessubjetivação.

Há subjetivação quando uma pessoa ou uma comunidade, grupo, pode cada vez mais afirmar-se como um sujeito, controlar sua experiência presente e futura, falar sobre o passado sem se prender na melancolia e sem, portanto,

esquecer – a fazer o “luto”, se quisermos usar um vocabulário psicanalítico. Há dessubjetivação quando, inversamente, uma pessoa ou uma comunidade, um grupo não consegue construir ou reconstruir a sua própria existência.

Sair da violência, nessa perspectiva, implica considerar a medida de processos de dessubjetivação e subjetivação que foram empregados na violência; nas escolhas ou decisões de participar dela, por vezes, pouco ou deliberadamente consciente; nos modos de dessocialização ou de socialização muito limitada que ela autoriza; e nos fenômenos de perda de sentido que ela tem produzido ou apoiado. Como inverter as lógicas de dessubjetivação para apoiar os ex-perpetradores de violência na ressubjectivação; como evitar de deixá-los, no melhor dos casos, terminar os dias na prisão, e, no pior, livres, talvez mesmo na paz de um presente que não está mais interessado neles? O que fazer, por exemplo, com guerrilheiros em vários países da África e agora na Colômbia, quando sua experiência se termina; o que lhes oferecer? O que fazer, diante de uma juventude em busca de referências e de sentidos que tenha escolhido viver a aventura na Síria ao lado do Djihad e que volta para a Europa, às vezes, com projetos de massacres anti-ocidentais e antissemitas, como observamos atualmente? Como, além da repressão isolada, apoiar uma possível ressocialização?

Diferentes são as questões relativas às vítimas e seus descendentes ou às pessoas que lhe são próximas. Algumas

abordam, igualmente, esta lógica da subjetividade e dessubjetivação. A violência vivida ou sofrida é uma perda, uma privação, uma afronta à integridade da pessoa, do grupo ou sociedade, como vimos acima; ela também pode resultar em uma percepção totalmente negativa da experiência humana em geral. É fator de dessubjetivação, a tal ponto que é comum que a vítima, após ter sofrido a violência, perceba a vida como impossível de ser vivida - a vítima, assim, cai no desespero que pode levar ao suicídio, como foi o caso, aparentemente, de Primo Levi.

### **Em conclusão: um novo campo**

Assim, um novo campo de pesquisa se abre nas ciências humanas e sociais. Esta área é tão próxima das preocupações dos responsáveis pela ação política que provoca um risco considerável para os pesquisadores que desejam investir nela: o risco da subordinação do seu trabalho às demandas ou ordens dominantes da atualidade, que emanam dos atores, de poderes e das autoridades existentes. O desafio, aqui, é evitar tal heteronomia, sem, no entanto, afastar-se completamente das demandas sociais e políticas. É o caso de inventar modalidades de articulação que permitam a independência da pesquisa, assegurando-lhe os meios para se desenvolver, respeitando a sua temporalidade, às vezes longa, sempre permitindo aos atores envolvidos de acederem ao conhecimento em boas condições, de maneira que suas ações sejam, eventualmente, esclarecidas. Esta observação pode ser estendida de duas maneiras.

Por um lado, é parte da reflexão mais geral sobre a relação que pode ou não ser estabelecida entre a investigação nas ciências humanas e sociais e ação. Esta relação é, por vezes, simplesmente refutada pelos pesquisadores, que exigem a pureza da produção de conhecimento, que não deveria ser, de maneira alguma, discutida com outros sujeitos além deles mesmos, seus colegas ou estudantes: esta postura pode ser conveniente para temas ou assuntos distantes do debate público, tais como os estudos de erudição, por exemplo, mas é difícil sustentá-la quando se trata de uma questão social e política importante e crucial como é a saída da violência. Outras tradições científicas, ao contrário, defendem a fusão das lógicas de análise e ação, por exemplo, a "pesquisa-ação", na que o pesquisador, em conexão direta com os atores, é parte integrante das mudanças cujas condições para sua realização ele mesmo estudou. Essa postura leva à confusão dos papéis e provoca o risco de o pesquisador tornar-se um auxiliar da polícia ou da justiça, ou mesmo, nas palavras popularizadas por Antonio Gramsci, um intelectual orgânico a serviço de uma ONG.

Se quisermos evitar essas armadilhas, da exterioridade absoluta ou da fusão de papéis, é preciso, portanto, considerar dispositivos nos quais os pesquisadores, sem abandonar o seu papel de produtores de conhecimento, aceitem e ponham em prática interações com os atores que estejam interessados em tal perspectiva, estabelecendo momentos de encontro e buscando que seu local de trabalho tenha frequentes oportunidades de intercâmbios e de debate com

autoridades políticas, judiciais e membros de ONGs humanitárias, etc. Tais dispositivos exigem a boa vontade de todos os envolvidos e uma preocupação constante para não misturar os papéis: um ator não é um analista e vice-versa. Estes dispositivos podem enfrentar o preconceito e hábitos de desconfiança mútua. Em muitos países, os pesquisadores se colocam à distância de militares e policiais, e da mesma forma, esses últimos desprezam e ignoram a pesquisa desenvolvida no campo das ciências humanas e sociais.

Além disso, o desenvolvimento de uma área de pesquisa dedicada à saída da violência envolve não apenas centralizar os dados empíricos ou mesmo sistematizar o conhecimento prático adquirido, tal como o faz um psicólogo ou sociólogo que trabalha com vítimas no âmbito das organizações humanitárias para lhes ajudar a se reconstruir. Certamente, este conhecimento é sempre valioso, mas não é considerado como um conhecimento científico. Ao mesmo tempo que a violência constitui um campo imenso no qual as abordagens teóricas são diversificadas, capazes de debater uma com as outras e suscetíveis, cada uma, de produzir ou oferecer dados para estudos mais concretos; a pesquisa sobre a “saída da violência” exige, em seu desenvolvimento, esforços consideráveis para se aproximar da situação tal como ela se apresenta. Se esse esforço não é feito, a pesquisa será sempre de pouca utilidade para aqueles que desejam agir.

Observe o paradoxo: é tomando a distância, ou vendo de cima, garantindo

a reflexividade e revelando a complexidade das questões abordadas pela pesquisa que ela poderá, realmente, contribuir para esclarecer melhor os atores: o esclarecimento sociológico, histórico, psicológico, político ou antropológico será ainda mais intenso, na medida em que se afaste mais da prática e não se cole a ela.

O campo a ser desvendado é ainda gigantesco. Trata-se, de fato, de produzir categorias e de inventar métodos que possam permitir que os pesquisadores não sejam militantes da justiça, nem conselheiros do Príncipe, ou suas forças policiais, nem “belas almas”, nem mesmo jornalistas mais ou menos bem informados, mas cientistas. Trata-se, por exemplo, de pensar no conjunto de atores que possam intervir no processo de sair da violência, de analisar as condições que os tornam eficazes ou não, de reconstituir a história desta ou daquela experiência concreta, de colocar em prática comparações. Assim, a saída da violência se opera de forma muito diferente de acordo com o lugar e a importância que os atores da sociedade civil podem ter tido na resistência à violência. Ou melhor, isso pode estar relacionado de acordo com a presença ou ausência de grupos mais ou menos organizados que podem ajudar a superar a vitimização e fazer desta questão um assunto que não seja tratado, exclusivamente, por autoridades políticas, jurídicas e policiais ou militares. Lá, onde fortes mobilizações contribuíram para acabar com as ditaduras, como em alguns países da América Latina, por exemplo, na Argentina (com as mães da Praça de

Maio), lá onde a luta pelos direitos humanos desempenhou o seu papel, as transformações da sociedade civil podem continuar a pesar sobre os processos políticos ou institucionais e sobre a existência ou não de debates públicos: é necessário analisar como. Da mesma forma, o tipo de Estado, sua história e a cultura política da sociedade considerada merecem ser estudados sob o ângulo que nos interessam.

O estudo sobre a saída da violência deve ocupar um vasto espaço de preocupações, pois deve se levar em consideração o que jaz acima, ou seja, as lógicas supranacionais, os atores institucionais nacionais, as forças da lei, o sistema judiciário e o jogo dos partidos políticos, ao mesmo tempo que analisando o que está abaixo e o que provem dele, ou seja, as consciências individuais e os atores coletivos que demandam ser reconhecidos e que reclamam medidas de reparação ou de justiça. Quando, por exemplo, uma comunidade indígena ou as famílias de desaparecidos ou de sequestrados se mobilizam rejeitando a violência, incluindo a que elas poderiam ter sido tentadas a praticar, elas influenciam, de maneira significativa, sobre a forma como a saída da violência opera desde da base, no território e no âmbito da opinião. A reflexão teórica deve aqui estar em contato com a filosofia política, por exemplo, situando as questões sobre a saída da violência relativas às preocupações éticas ou às concepções de democracia e justiça que podem ser diferentes de acordo com a cultura e, no entanto, adquirir uma dimensão universal, como o economista Amartya Sen demonstrou. Ela deve

também estruturar os trabalhos de campo com suas especificidades: observação etnológica de tribunais encarregados de uma missão de conciliação e de verdade, pesquisas sociológicas entre as vítimas de movimentos etc.

A pesquisa nas ciências humanas e sociais é necessariamente crítica, ao contrário da expertise que traz propostas para resolver um problema. Ora, atualmente a expertise domina no domínio que nos ocupa, o que significa que qualquer aumento de poder da pesquisa científica trará tensões, mas, talvez também, formas inéditas de cooperação com o mundo da expertise, dos think tanks e dos consultores. E se a pesquisa tiver de ser desenvolvida aqui, que ela seja, também, o resultado da emergência de um campo de debate no seio das ciências humanas e sociais - há aí perspectivas fascinantes, nem que se trate, somente, de ver os grandes paradigmas se oporem às grandes orientações contemporâneas não por conta da violência, mas da saída da violência.

A pesquisa aqui pode ser difícil, talvez impossível. O pesquisador não consegue, necessariamente ou completamente, aceder aos arquivos dos Estados, ainda menos aos campos delicados, principalmente quando se trata de estudar o impacto das medidas políticas ou institucionais sobre o discurso dos atores, alguns dos quais ainda não abandonaram a violência política; o conhecimento histórico, que se publicizado pode avivar e relançar lógicas de violência que eram tidas como extintas ou esquecidas; as

memórias, que sabemos bem que são forças ativas que podem conduzir em direções opostas, impedindo o trabalho de pesquisa, propriamente dito, ou lhe orientando para longe da realidade, de uma maneira extremada e exageradamente seletiva, etc. Os mediadores – porque, frequentemente, a saída da violência deve muito a terceiros – não são necessariamente abertos para falar- contudo, uma sociologia da mediação seria valiosa aqui.

O que os pesquisadores produzem corre sempre o risco de ser instrumentalizado por alguns, negado ou recusado por outros, até mesmo percebido por eles como uma ameaça. Não é fácil manter um centro de pesquisa independente que se dedique, como o de Bogotá, à tais questões em um contexto ainda em conflito . O conhecimento que a pesquisa pode trazer não se destina, ou raramente se destina, a esclarecer direta e imediatamente uma ou outra experiência de saída da violência. Mas mais esse campo de estudo se desenvolve, mais estudos aparecerão, e mais atores disponibilizaram um tecido espesso de conhecimentos eu poderão trazer referências úteis, modos de análise, saberes que poderão guiar sua própria reflexão. As ciências humanas e sociais, nesse campo ou em outros, podem contribuir para aumentar a capacidade de ação dos atores, desde que estejam bem instaladas em suas missões, sua vocação e suas funções que são de produzir conhecimento.

## Referências bibliográficas

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTORICA, (2013) ¡Basta ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad. Bogota, Pro-Off Set. Disponível em: <<http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/informes2013/bastaYa/resumen-ejecutivo-basta-ya.pdf>> [Consultado em 09 de março de 2017].

DERRIDA, Jacques (1999) “ Le siècle et le pardon” entrevista com Michel Wieviorka, Le Monde des Débats, dezembro. Disponível em <http://hydra.humanities.uci.edu/derrida/siecle.html> [Consultado em 09 de março de 2017]

ELIAS, Norbert, (1973) La Civilisation des moeurs. Paris, Calmann-Levy, coll. “Liberte de l’esprit”.

\_\_\_\_\_ (1975) La Dynamique de l’Occident. Paris, Calmann-Levy.

FOUCAULT, Michel, (1975) Surveiller et punir. Paris, Gallimard.

FREUD, Sigmund, (1984) “Introduction a La Psychanalyse des névroses de guerre” en Résultats, idées, problèmes. Paris, PUF.

FURET, François (1978), Penser la Révolution Française, Paris, Gallimard.

HOBBS, Thomas, (1651) Léviathan ou Traité de la matière, de la forme et du pouvoir d’une république ecclésiastique et civile. 1a Édition.

RENAN, Ernest, (1882) Qu’est-ce qu’une nation. Conferência no Collège de France, 11 de março

SEN, Amartya, (2006) La démocratie des autres. Paris, Payot.

\_\_\_\_\_ (2010) L’idée de justice. Paris, Flammarion.

TOURAINÉ, Alain, (1978) La Voix et le regard. Paris, Seuil.

WEBER, Max, (1919) Le savant et le politique. Paris, 10/18 e Plon.

Wieviorka, Michel, (1989) Sociétés et terrorisme. Paris, Fayard.

\_\_\_\_\_ (2012) La Violence. Paris, Hachette-Pluriel.

\_\_\_\_\_ (2015) Retour au sens. Pour en finir avec le déclinisme. Paris, Robert Laffont.